

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO

Maj Eng FRANCILIO FONSECA SANTANA

**O desenvolvimento sustentável da Amazônia Ocidental:
o impacto da melhoria socioeconômica na manutenção
da soberania nacional da área e a sua influência para o
Comando Militar da Amazônia.**



Rio de Janeiro

2023

Maj Eng FRANCILIO FONSECA SANTANA

O desenvolvimento sustentável da Amazônia Ocidental: o impacto da melhoria socioeconômica na manutenção da soberania nacional da área e a sua influência para o Comando Militar da Amazônia.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista Ciências Militares, com ênfase em Defesa Nacional.

Orientador: Maj Eng DAN MILLI PEREIRA

Rio de Janeiro

2023

S232d Santana, Francilio Fonseca

O desenvolvimento sustentável da Amazônia Ocidental: o impacto da melhoria socioeconômica na manutenção da soberania nacional da área e a sua influência para o Comando Militar da Amazônia. / Francilio Fonseca Santana. - 2023.

33 f. : il. ; 30 cm.

Orientação: Dan Milli Pereira.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares)— Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2023.

Bibliografia: f. 24-26

1. Amazônia. 2. Desenvolvimento. 3. Soberania. 4. Sustentabilidade. 5. Exército. I. Título.

CDD 355

Maj Eng FRANCILIO **FONSECA** SANTANA

O desenvolvimento sustentável da Amazônia Ocidental: o impacto da melhoria socioeconômica na manutenção da soberania nacional da área e a sua influência para o Comando Militar da Amazônia.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de especialista em Ciências Militares, com ênfase em Defesa.

Aprovado em 16 de outubro de 2023.

COMISSÃO AVALIADORA

DAN MILLI PEREIRA – Maj Eng – Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Ten Cel ORLANDO MATTOS SPARTA DE SOUZA - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Maj JAIRO LUIZ FREMDLING FARIAS JÚNIOR - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

À minha família e, especialmente, à minha querida mãe, que nos deixou há 8 anos, tudo o que somos se deve ao seu caráter e ensinamentos de bondade, dedicação e honestidade.

AGRADECIMENTOS

Ao Senhor dos Exércitos, por toda a proteção e presença incontestes, sempre guiando pelas melhores vertentes. Abençoando a mim e minha família em todos os momentos e nos enchendo de boas inspirações para os estudos.

À minha avó, Maria do Horto, pelas orientações e grande amor. Pela família que me presenteou ao longo da vida e o carinho e cuidados incansáveis até os dias de hoje, matriarca de dez filhos e dezesseis netos.

À minha irmã e meus sobrinhos, Liana, Laíse, Airton e Elise, que muito me honram pela dedicação, superação e esmero, vencendo os obstáculos da vida nas labutas diárias.

In memoriam, à minha mãe, Luisa, minha tia Elisa, meu avô Otávio e a todos os parentes que não estão mais presentes fisicamente na Terra. Seus exemplos, ensinamentos e orientações, construíram a pessoa que sou hoje.

Ao meu orientador e companheiro de Arma, Maj Dan Milli, por todo o profissionalismo em corrigir e melhorar o presente trabalho. Bem como pela dedicação e pelo elevado conhecimento cognitivo, essenciais para enriquecer de informações as análises realizadas.

E, finalmente, de igual importância, aos meus camaradas e irmãos de trabalho do Curso de Comando e Estado-Maior, pelas sugestões e amizade sem medida.

A todos vocês agradeço enormemente pela conclusão desse trabalho.

RESUMO

Este trabalho objetiva verificar a influência que a melhoria socioeconômica terá sobre a soberania brasileira na área da Amazônia Ocidental e como ela auxiliará o Comando Militar da Amazônia na manutenção da mesma. Analisou-se a conformação geográfica dessa parte setentrional do Brasil, os aspectos sociais, as características econômicas, assim como os fatores que afetam de forma direta e indireta a soberania do Brasil na governabilidade da Floresta Amazônica. Foi abordada a questão ambiental, os ilícitos nacionais e transfronteiriços, as ameaças externas da cobiça internacional num passado recente e atual. Na contramão dos ataques à soberania, pontuou-se as ações governamentais com a atuação dos órgãos públicos e privados e a governança que a nação brasileira tem para mitigar esses óbices. As operações desencadeadas pelo Comando Militar da Amazônia, seja no "Braço Forte", combatendo diretamente os criminosos, seja na "Mão Amiga", assistindo a população carente. Dessa maneira, acredita-se que as ideias aqui desenvolvidas e as conclusões alcançadas sirvam de subsídio para o aperfeiçoamento das políticas públicas e o emprego do Exército Brasileiro em prol do desenvolvimento sustentável da Amazônia Ocidental.

Palavras-chave: Amazônia Ocidental; Comando Militar da Amazônia; desenvolvimento sustentável; soberania.

ABSTRACT

This work aims to verify the influence that socioeconomic improvement will have on Brazilian sovereignty in the Western Amazon area and how it will assist the Amazon Military Command in maintaining it. The geographic formation of this northern part of Brazil, the social aspects, the economic characteristics, as well as the factors that directly and indirectly affect the sovereignty of Brazil in the governability of the Amazon Forest were analyzed. The environmental issue, national and cross-border illicit activities, and external threats from international greed in the recent and current past were addressed. Contrary to attacks on sovereignty, government actions were highlighted by the actions of public and private bodies and the governance that the Brazilian nation has to mitigate these obstacles. The operations launched by the Amazon Military Command, whether in "Braço Forte" (strong arm), directly combating criminals, or in "Mão Amiga" (helping hand), assisting the needy population. In this way, it is believed that the ideas developed here and the conclusions reached serve as a basis for improving public policies and the use of the Brazilian Army in favor of the sustainable development of the Western Amazon.

Keywords: Western Amazon; Amazon Military Command; sustainable development; sovereignty.

SUMÁRIO

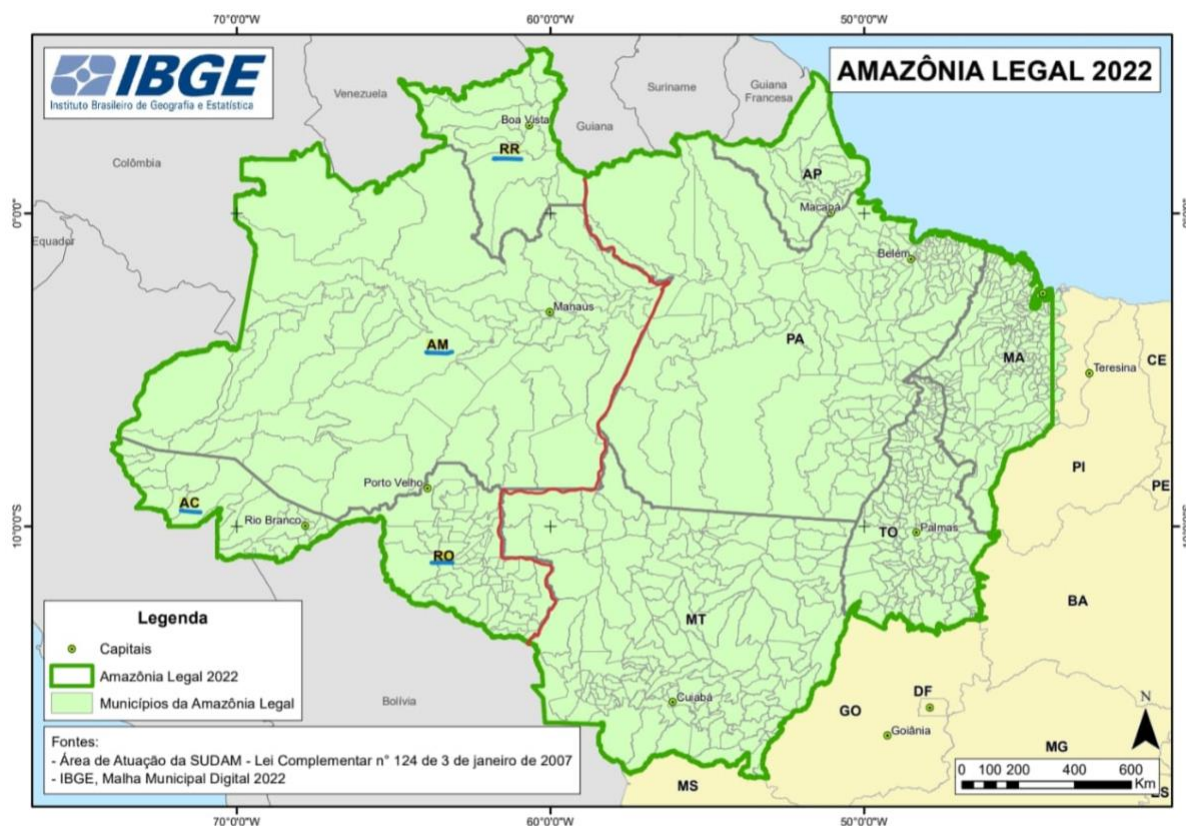
1	INTRODUÇÃO	3
2	METODOLOGIA	6
3	A AMAZÔNIA OCIDENTAL	7
3.1	NA EXPRESSÃO ECONÔMICA E TECNOLÓGICA	7
3.2	NA EXPRESSÃO POLÍTICA E PSICOSSOCIAL	15
4	O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	17
5	O COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA	19
6	PRINCIPAIS AMEAÇAS À SOBERANIA BRASILEIRA NA REGIÃO	21
7	CONCLUSÃO	23
	REFERÊNCIAS	24

1. INTRODUÇÃO

O Brasil, maior país do subcontinente sul-americano, possui cerca de 8,5 milhões de km² de área terrestre, faz divisa com nove países da América do Sul e a Guiana Francesa, território ultramarino francês; possui uma linha de fronteira seca de 16.866 km de extensão (IBGE, 2021). Esses dados já revelam a importância geoestratégica da nação brasileira, a qual é a única remanescente da colonização portuguesa nas américas.

Nessa porção de terreno quase continental está a Amazônia Legal brasileira, a qual corresponde a 59% do território nacional (IPEA, 2023) e divide-se em Amazônia Ocidental e Oriental, as quais têm como características marcantes a baixa densidade populacional e a já mencionada extensa faixa de fronteira. Avultando-se de importância, também, a grande biodiversidade, com inúmeras espécies de animais e vegetais, muitos dos quais só encontrados lá, atraindo uma cobiça internacional e sendo o maior objetivo de defesa nacional (SUFRAMA, 2021).

Figura 1 – Amazônia Legal



Fonte: IBGE, 2022.

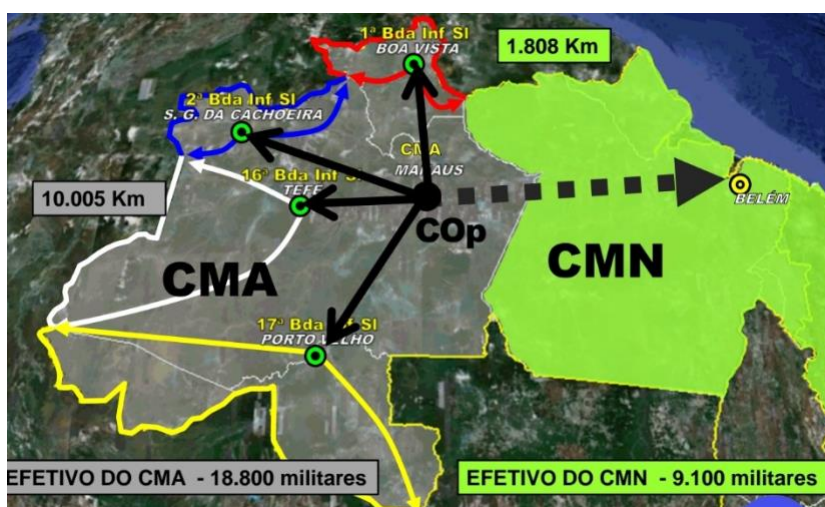
Nesse mapa do IBGE, podemos ver a área da Amazônia Legal e na sua porção oeste, a Amazônia Ocidental, separada pela linha vermelha da parte leste, a Amazônia Oriental. Ressalta-se aos olhos a quantidade de países que setentrionalmente divisam com o Brasil, a saber a Guiana, a Venezuela, a Colômbia, o Peru e a Bolívia.

A Amazônia Ocidental, área a ser estudada no presente trabalho, é definida pelo Decreto nº 356, de 1968; constitui-se pelos estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima, ocupando uma área de 2.184.751 Km², conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022). Por uma questão geográfica, distancia-se do centro administrativo do Brasil, ficando, assim, mais isolada dos grandes centros em relação à sua coirmã, a Amazônia Oriental, a qual conta com uma rede de estradas e ligação terrestre com o restante do Brasil.

O Comando Militar da Amazônia (CMA), representante do Exército nessa parte noroeste do país, atua com a estratégia da presença, com quartéis estrategicamente localizados pelos quatro estados de sua área da atuação; atua também com as operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), especialmente no contexto de interoperabilidade e ações interagências, com o apoio e em colaboração às outras Forças e aos outros órgãos de Segurança Pública; tanto quanto em ações subsidiárias, notadamente em auxílio à população local.

Para esse fins, o CMA conta com quatro brigadas (Bda) de infantaria de selva, o apoio do 9º Distrito Naval e do Comando Aéreo da ALA 8, todos sediados na cidade de Manaus – AM. Conforme o extrato da apresentação do Centro de Operações do CMA.

Figua 2 – Área de atuação do CMA e suas Bda.



Fonte: Comando Militar da Amazônia.

O Plano Estratégico do Exército (PEEx) 2020-2023, demonstra a intenção do Governo Brasileiro em contribuir com o desenvolvimento sustentável e a paz social na Amazônia. Os Objetivos Estratégicos do Exército nele contidos definem a região como prioritária, com metas de monitoramento por satélites, conexão por fibra ótica e mudanças de Organizações Militares para a faixa de fronteira (PEEx, 2020-2023, p. 9). Os investimentos da Força na faixa de fronteira, mantendo pelotões especiais, a logística empregada para vigilância desse patrimônio e as ações de preservação ambiental, estão coesas com a política nacional.

A população brasileira é de, aproximadamente, 203 milhões de brasileiros, conforme o censo do IBGE de 2022, e nos estados que compõe a Amazônia Legal é de quase 7 (sete) milhões de residentes, um modesto crescimento de 6,9% em relação ao último levantamento em 2010 (IBGE, 2023). Vale observar que a taxa de fecundidade da mulher brasileira está em 1,73 filhos, denotando uma futura diminuição da população jovem e confirmando uma população menor que a estimada, que era de 211 milhões de habitantes para 2022 (IBGE,2023).

A análise desses dados geográficos, focados no desenvolvimento sustentável na Amazônia Ocidental, irá permitir concluir como a melhoria socioeconômica da população da Amazônia Ocidental irá impactar no trabalho do Comando Militar da Amazônia na garantia da soberania nacional na região. Para tanto, serão verificados quais são os investimentos do governo na área, a atual situação social da população e as atividades que o Exército realiza no controle de ilícitos e em Ações Cívico Sociais em apoio aos habitantes locais.

2. METODOLOGIA

Essa pesquisa faz uma abordagem qualitativa sobre os estudos realizados com foco em segurança na Amazônia e no desenvolvimento sustentável, as notícias veiculadas a cerca dos óbices que afetam a soberania do Brasil na região e ações governamentais para mitigar os problemas lá encontrados. Para tanto, selecionou-se artigos de relevância e dados públicos com veracidade comprovada, a fim de não comprometer a conclusão sobre o tema em estudo.

Quanto à natureza da pesquisa, está será do tipo aplicada, uma vez que servirá de subsídios para pesquisas futuras sobre o assunto aqui elencado. Já sobre o objetivo, descrever-se-ão as principais ações realizadas pelo CMA e as influências resultantes sobre a população e a defesa da fronteira.

Os dados encontrados estão referenciados e bibliografados conforme a fonte, se livro, jornal, trabalho acadêmico, revista ou sítio eletrônico, bem como se documento oficial produzido pelo Governo Brasileiro ou por órgão público. As consultas são feitas nos principais meios acadêmicos reconhecidos, como o Google Acadêmico, Biblioteca Digital do Exército, SCIELO e revistas civis e militares.

O tratamento dos dados será feito por meio da seleção e comparação entre os estudos, orientando-os com o foco na resposta do problema. Podendo-se concluir sobre o assunto proposto de forma assertiva.

O método será limitado pelas pesquisas referentes ao espaço geográfico da Amazônia Ocidental, o Comando Militar da Amazônia e adjacentes que impactem diretamente sobre eles. Algumas citações que contribuam sobre a soberania brasileira nesse ambiente geográfico também serão consideradas, enriquecendo o estudo e fortalecendo as ideias conclusivas.

Devido ao contexto dinâmico da sociedade, os eventos mais recentes, como cúpulas governamentais, acidentes ambientais e outros dados que não tenha sido objeto de estudos acadêmicos, estes serão considerados pela relevância e com o objetivo de atualizar a análise. Serão referenciados pelo órgão que o presidiu ou o veículo de imprensa que o noticiou.

3. A AMAZÔNIA OCIDENTAL

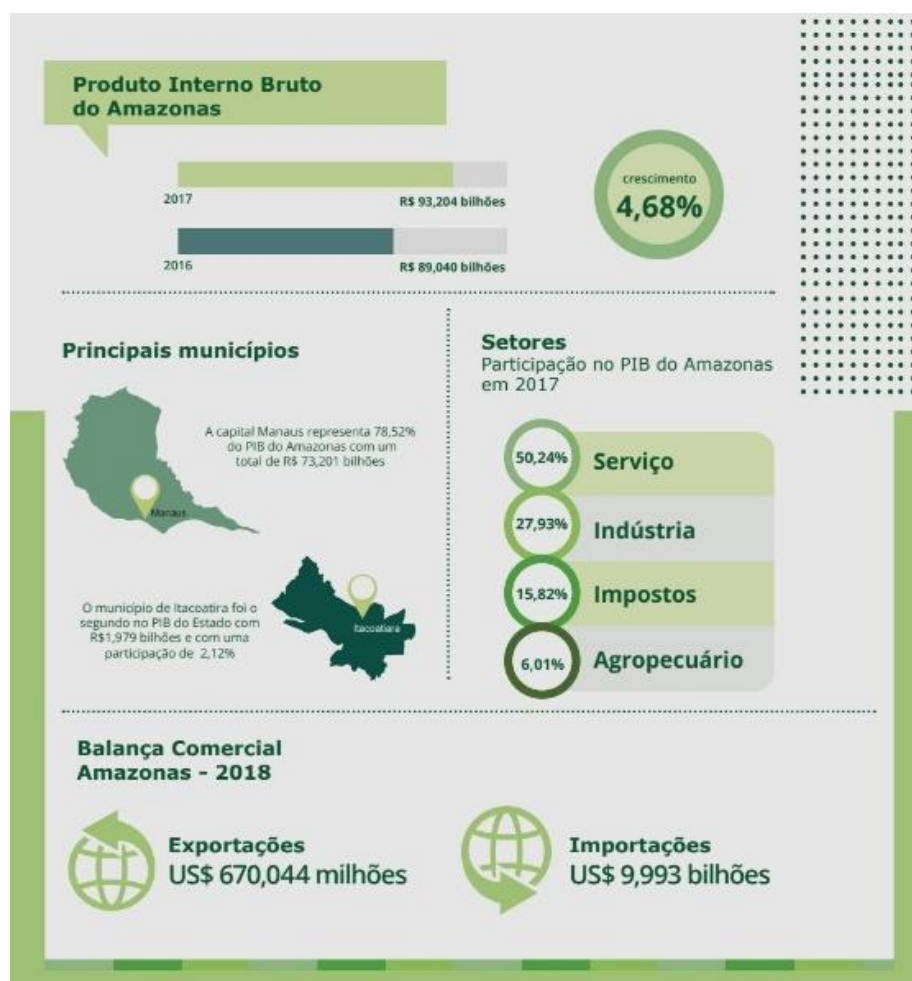
As municipalidades da Amazônia Ocidental ficam caracterizadas pela presença de 62 municípios no Amazonas, 52 em Rondônia, 15 em Roraima e mais 22 no Acre, totalizando 151 unidades administrativas (IBGE, 2022). Esses municípios abrigam uma população de aproximadamente 7 milhões de habitantes, esparsamente distribuídos, numa densidade demográfica que oscila entre os estados membros de 2,53 hab/KM², no Amazonas, a 6,65 hab/Km², em Rondônia. Com pico na cidade de Manaus, região metropolitana que abriga 2,6 milhões de pessoas, com densidade de 19,89 hab/Km² (IBGE, 2022).

Para melhor caracterizar a região, será dividida a análise da Amazônia Ocidental nas expressões do poder, ficando a expressão militar abordada na caracterização do Comando Militar da Amazônia.

3.1. NA EXPRESSÃO ECONÔMICA E TECNOLÓGICA

A economia amazônica ainda é essencialmente agrária na sua abrangência, como podemos observar no estudo Amazonas em Mapas de 2020 (MANAUS, 2020, p. 78). Porém há uma concentração dos setores de serviços e industrial em Manaus com maior representatividade sobre o Produto Interno Bruto (PIB) da área. A análise econômica teve por referência os estudos desenvolvidos no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), sediado na Universidade Federal do Pará (UFPA), os quais tratam com relevância da questão socioeconômica de toda a Amazônia Legal.

Figura 3 – PIB do Amazonas



Fonte: Governo do Estado do Amazonas, 2020, p. 75.

No estado de Rondônia a produção de borracha teve impacto inicial e a economia era baseada nas calhas dos rios Madeira e Guaporé. A extração da produção seguia para o Mato Grosso em embarcações pelo Rio Guaporé (CASTRO, 2015, p. 489), uma vez que a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré não foi concluída. Dado a isso, o estado foi financiado pela política do “integrar para não entregar” e a criação dos Batalhões de Construção pelos Governos Militares possibilitaram uma maior conexão da região com o Amazonas e o Brasil (CASTRO, 2015, p. 501). Contexto que favoreceu para a o aumento da população economicamente ativa, com a doação de terras para os trabalhadores que para lá foram, com destaque para o Programa de Integração Nacional (PIN) e o Programa de Redistribuição de Terra (PROTERRA), (Castro, 2015, p.502).

No segundo milênio houve um aumento da área plantada de Rondônia, com o conseqüente aumento da produção, especialmente da soja, conforme podemos

observar na tabela 1, abaixo. De maneira semelhante houve um aumento da produção de bovinos, saltando de cerca de quatro milhões de cabeças em 1995 para mais de onze milhões e meio de cabeças em 2009, vide tabela 2.

Tabela 1 – Evolução da produção, em toneladas, em Rondônia

Tipo de Lavoura	Produto	1996	2006
Lavoura Permanente	Café (em coco)	78.921	77.788
	Cacau (amêndoa)	3.605	5.951
Lavoura Temporária	Arroz em casca	87.654	93.759
	Cana-de-açúcar	23.027	32.501
	Feijão em grão	47.929	14.689
	Mandioca	53.569	92.280
	Milho em grão	133.727	155.734
	Soja em grão	1.504	150.567

Fonte: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo>.
Fonte: Castro, 2015, p. 510

Tabela 2 – Rebanho bovino, em cabeças, na Região Norte e em Rondônia

Região	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2009
Norte	2.113.448	3.687.747	5.273.372	13.316.950	19.183.092	24.517.612	41.489.002	40.437.159
Rondônia	51.507	250.286	764.299	1.718.697	3.928.027	5.664.320	11.349.452	11.532.891
Rebanho bovino de Rondônia na Região Norte (%)								
	2,44	6,79	14,49	12,91	20,48	23,10	27,36	28,52

Fonte: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo>.

Fonte: Castro, 2015, p. 510

Já no Acre a extração da borracha foi marcante no início do século XX, com 60% do látex produzido na Amazônia, vindo ao declínio com a concorrência da borracha asiática e uma retomada modesta de 1942 a 1945, terminado o segundo ciclo com o fim da Segunda Guerra Mundial, como podemos ler no trecho do estudo de Castro (2015, p. 54), Apud. Silva, 1982, p. 28:

“Mas uma vez o Acre, e a Amazônia em geral, passa a servir ao capital monopolista, à política imperialista como solução de emergência. Este fato fica evidenciado quando, com o término da guerra, em 1945, embora o período de

vigência do acordo fosse de 1942 a 1947, a produção foi abandonada pelos americanos que voltaram a se abastecer do produto barato dos seringais de cultivo do oriente.”

A economia acreana entrou mais uma vez em estagnação e baseou-se até o início dos anos 2000 com a agricultura de subsistência e os incentivos infrutíferos do Governo Federal. Sendo característica a corrupção política e um olhar prematuro para a preservação ambiental, estimulada pelos movimentos sociais em defesa dos seringais.

Na primeira década dos anos 2000, com o incentivo do governo local para a diversificação, aumentando da produção de milho e arroz, ressaltando também o modelo de sustentabilidade, combate à sonegação fiscal e reestruturação administrativa (Castro, 2015, p. 74). Entretanto ainda havia um baixo Índice de Modernização Agropecuária (IMA), sendo 21 dos 22 municípios acreanos com IMA abaixo de 35%. Vale salientar que nesse decênio de 2000 a 2010 a criação de bovinos no Acre cresceu a uma média de 10,98% ao ano, tornando-se a principal atividade econômica.

O território de Roraima foi criado em 1943 e os investimentos na região até a década de 1960 se concentravam na criação da estrutura administrativa e eram fomentados pelo Governo Federal. A partir de 1977, com a abertura da BR-174, houve uma maior ocupação aliada à melhoria do desenvolvimento econômico dessa unidade da federação. Somente em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, que o território foi elevado a estado (Castro, 2015, p. 540).

Dado a isso, as atividades econômicas eram basicamente a fluvial, o extrativismo vegetal e a roça de subsistência, com destaque para a rizicultura e para a plantação de soja. Porém, as fazendas não dispunham da propriedade da terra e algumas foram desapropriadas com a criação da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol, prejudicando a economia roraimense.

Nos anos subsequentes, o turismo e o setor de serviços movimentaram mais a economia da capital Boa Vista. A ligação com a Venezuela, sendo a BR-174 a rota turística para os brasileiros, deu uma maior visibilidade para o estado, agregando valor ao setor hoteleiro e aos agentes públicos que moravam em Boa Vista.

A política de demarcação de terras prejudicou a produção agropecuária de Roraima, tendo hoje 60% do território como terras públicas da União, entre reservas ambientais ou indígenas, e áreas de conservação. Fato que inviabiliza a produção de

arroz e a mineração, proibida desde os anos 2000. A exploração do ouro e diamante, através da garimpagem, forma símbolos do desenvolvimento na década de 1990, tendo sido o aeroporto de Boa Vista um dos mais movimentados do país na época. Estima-se ainda que há cerca de quatro toneladas de ouro e 1,5 milhões de quilates de diamante não exploradas no estado.

No Amazonas a atividade econômica é mais diversificada devido à criação da Zona Franca de Manaus (ZFM), impulsionando a industrialização em Manaus, à presença de um setor de serviços baseado no turismo e no apoio às grandes empresas, bem como na sede de importantes órgãos administrativos. Esses incentivos foram mais intensos a partir dos Governos Militares, com a política de integração regional e de desenvolvimento da Calha Norte, área caracterizada pela porção Norte do Rio Amazonas.

Nas tabelas abaixo, citadas no estudo da UFPA, podemos observar a evolução da distribuição dos setores industriais na ZFM, as mudanças de 1990 a 2007, com a participação da produção industrial de Manaus no PIB do estado na tabela 4.

Tabela 3 – Subsetores e a participação no faturamento da ZFM (1990)

Subsetores	Participação % no Faturamento
Eletroeletrônico	66,86
Bens de Informática	0,61
Relojoeiro	4,57
Duas rodas	8,79
Termoplástico	2,28
Bebidas	1,37
Metalúrgico	1,37
Mecânico	0,79
Madeireiro	0,54
Papel e Papelão	0,57
Químico	1,32
Mineral não metálico	1,37
Ótico	0,52
Brinquedos	1,86
Isqueiros, canetas e barbeadores descartáveis	2,85
Outros (*)	4,33

Fonte: SUFRAMA, 2011.

(*) Composto pelos setores couro e similares, material de limpeza, produtos alimentícios, editorial e gráfico, mobiliário, beneficiamento de borracha, naval e diversos.

Fonte: Castro, 2015, p. 194

Tabela 4 – Distribuição das indústrias e do emprego no pólo industrial de Manaus (outubro/2007)

Sub-Setores	Nº. DE EMPRESAS	%	MÃO- DE- OBRA	%
Mat. Eletroeletrônico	132	31,65	45.952	47,56
Produtos de matéria plástica	68	16,30	9.187	9,66
Metalúrgico	42	10,07	5.918	6,15
Mecânico	32	7,67	4.844	4,65
Material de transporte	30	7,19	15.046*	14,53
Químico e farmacêutico	24	5,75	1.431	1,48
Bebidas	19	4,55	1.751	1,81
Diversos	70	16,78	12.487	15,39
Total	417	100	96.616	100

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da SUFRAMA (2008).

* Considera apenas o segmento duas rodas.

Fonte: Castro, 2015, p. 206

Tabela 5 – Evolução do PIB do Amazonas e de Manaus em milhões de R\$ (1970- 2003)

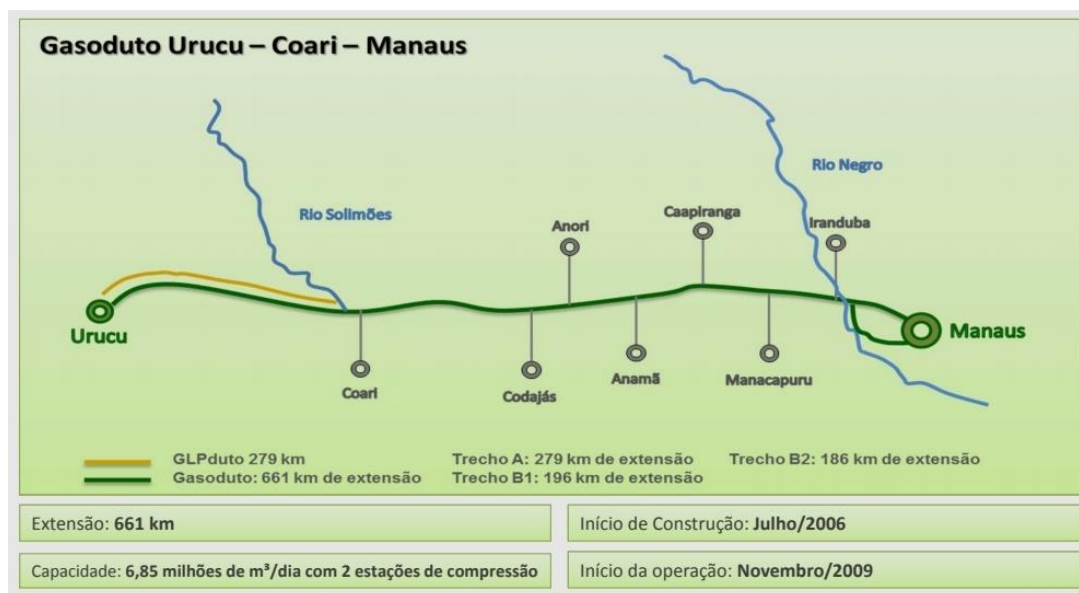
ANO	AMAZONAS	MANAUS	MANAUS/AM (%)
1970	1.805	1.315	72,8
1980	7.769	6.520	83,9
1996	18.090	11.310	59,8
2000	18.873	15.638	82,8
2003	28.063	23.294	83,0
Crescimento relativo (%)	1.454	1.671	-

Fontes: Elaborado pelo autor com base em dados do IPEADATA e IBGE.

Fonte: Castro, 2015, p. 210

O extrativismo mineral com a extração de petróleo da Bacia de Urucu tem uma relevância para o Amazonas, o óleo lá explorado abastece a cidade de Manaus e é refinado na Refinaria Isaac Sabbá, a qual tem capacidade de refino de 46 mil barris de petróleo por dia. O principal produto é o gás natural, com a segunda maior reserva brasileira, estimada em 44,5 bilhões de metros cúbicos, os quais são transportados pelo gasoduto Coari-Manaus e por embarcações especializadas (CIGAS, 2013).

Figura 4 – Gasoduto Coari-Manaus

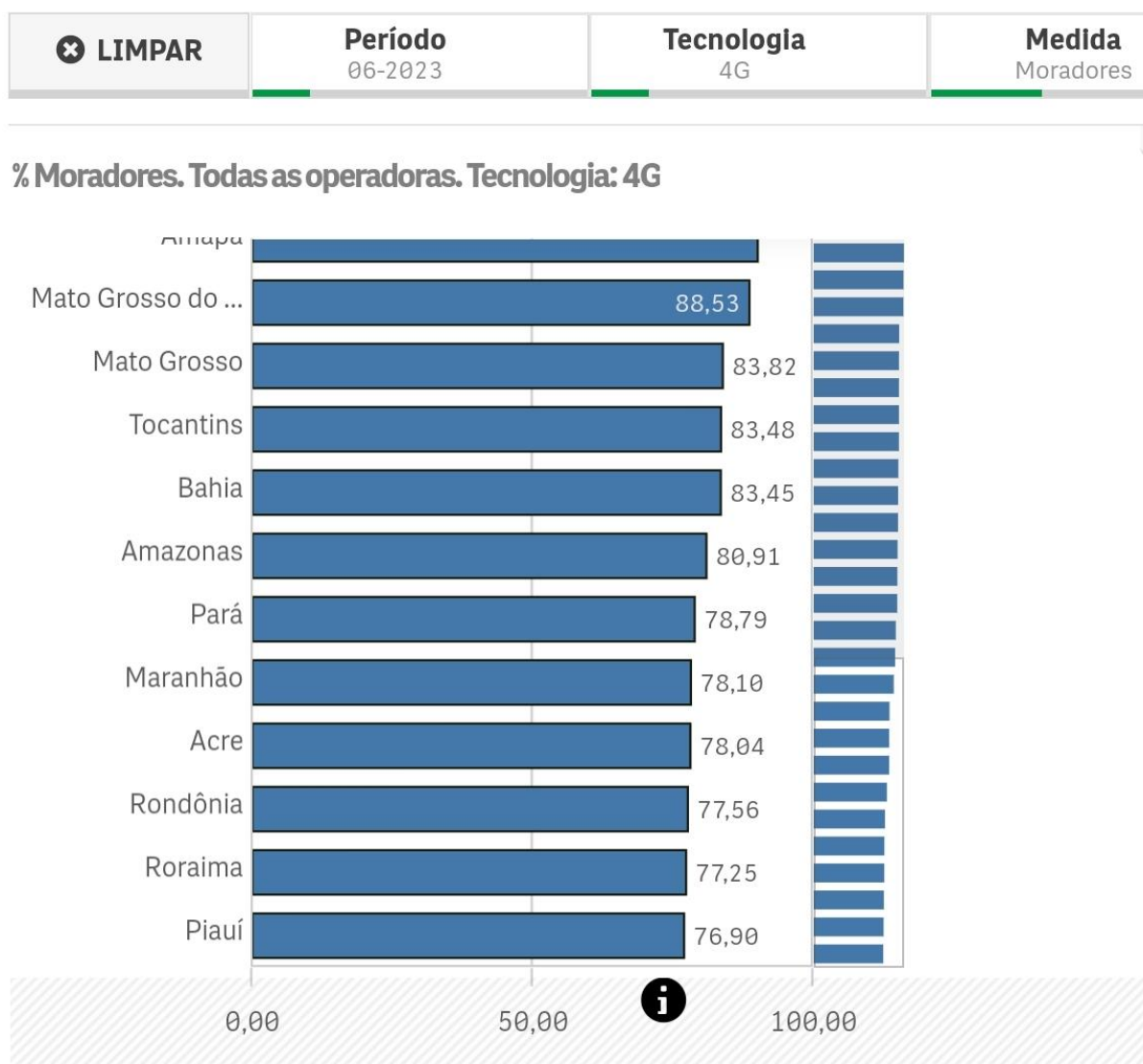


Fonte: CIGAS, 2013, p. 6.

A agropecuária, na década de 1950, era responsável por 73,65% da população economicamente ativa (PEA) do Amazonas, caindo para 38,59% após a instalação da ZFM, no começo de 1990. Indicando que não houve um declínio da produção agro, mas uma maior participação relativa do setor primário na economia amazonense (Castro, 2015, p. 195).

As tecnologias na região Norte ainda são incipientes, num contexto macro. O acesso às mídias digitais ainda é deficitário, com exceção para as médias e grandes cidades. Os dados móveis das empresas de telefonia suprem um pouco desse vazio tecnológico (ANATEL, 2023), contudo iniciativas como a do Exército Brasileiro, encabeçando o Projeto Amazônia Conectada, que se trata do lançamento de cabos de fibra ótica pelas calhas do Rio Negro e Solimões, melhorando o comando e controle entre as organizações militares beneficiadas e a comunidade local que poderá usar essa internet de banda larga.

Figura 5 – Abrangência da cobertura 4G pelo número de habitantes



Fonte: ANATEL, 2023.

No contexto de desenvolvimento tecnológico, o Pólo Industrial de Manaus (PIM) é a única referência da Amazônia Ocidental no campo das pesquisas científicas e incentivo à implementação de projetos para o benefício da sociedade. Os centros tecnológicos de Manaus, apoiados nas universidades públicas, conjuntamente com empresas, como SAMSUNG e HONDA, desenvolvem novas tecnologias e favorecem ao crescimento de *startups* (SUFRAMA, 2023).

O setor agropecuário ainda tem baixa mecanização, ficando mais modernizado no plantio de soja de Rondônia, que além do maquinário adequado, já possui itens da chamada Agricultura 4.0, com monitoramento de pragas por drones, uso de sementes geneticamente modificadas, captação de dados climáticos mais precisos e

monitoramento da colheita por sensores. Esses novos meios, aliados ao clima favorável desta safra, fizeram com que a produção da soja de Rondônia chegue a 1,7 milhões de toneladas (SEAGRI, 2023).

No tocante à agricultura familiar, que corresponde a 81,3% dos produtores rurais de Rondônia, o incentivo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) para a inserção de tecnologias na produção é fundamental. A própria EMBRAPA informa que esses pequenos agricultores são responsáveis por 90% do abastecimento alimentício rondoniense, dessa forma a implementação de uma produção intensiva, com a diminuição das perdas e otimização tecnológica melhorará a segurança alimentar da população local, ao passo que preservará o meio ambiente.

Ainda em relação à pecuária da Amazônia Ocidental, vemos pelos dados do IBGE, sintetizados no estudo organizado pela professora Dra Edna Ramos de Castro, que houve um crescimento generalizado na produção dos estados do Norte, especialmente em Rondônia, com taxa de crescimento anual de 13,59% de 1991 a 2010.

Tabela 6 – Taxas de crescimento anual e acumulado do rebanho de bovino dos estados da Região Norte no período de 1991 a 2010

Estados	Crescimento	
	Anual	Acumulado
Acre	10,98	623,38
Amazonas	5,66	184,43
Amapá	2,62	63,33
Pará	7,35	284,96
Rondônia	13,59	1.026,67
Roraima	2,48	59,24
Tocantins	3,77	102,02
Região Norte	7,39	287,80

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados do IBGE e do Ipeadata.

Fonte: Castro, 2015, p. 83

3.2. NA EXPRESSÃO POLÍTICA E PSICOSSOCIAL

Um dos fatores sociais mais marcantes é o do vazio demográfico da área, sendo o maior anecúmeno geográfico brasileiro, o que a distingue das outras regiões e demonstra a necessidade de políticas próprias para o melhor desenvolvimento regional (Instituto Igarapé, p. 18).

Segundo Bertha Becker, em entrevista a Carlos Fioravanti (Fioravanti, 2004), essa característica psicossocial tem peculiaridades, uma vez que pelo Censo de 2000 e como fruto do programa de integração nacional do Governo Brasileiro das décadas

de 1970 e 1980, o crescimento urbano da área foi de 69,07%. Trazendo para a Amazônia cidades inchadas sem acesso a uma boa rede de saneamento e saúde. Dado a esse contexto, a população desamparada pelo Estado virou alvo de organizações não governamentais (ONG) internacionais com apologia ao desenvolvimento econômico local. As quais difundem de forma enganosa que o crescimento econômico da Amazônia irá degradar a floresta e acabar com as comunidades indígenas, revertendo o apoio da opinião pública local contra os órgãos do Estado.

O esforço político está no pioneirismo brasileiro em implementar leis de proteção ambiental, tanto os governos locais como o nacional já na década de 1980 editaram leis para o desenvolvimento das economias com foco na preservação da fauna e da flora (Castro, 2015, p. 66). Não obstante, pela dificuldade de fiscalização no cumprimento dessas leis, a efetividade das mesmas fica comprometida.

As ações políticas brasileiras têm sido em motivar todos os países do bioma amazônico a agirem sinergicamente, promovendo reuniões de Estado e convocando os integrantes da Organização para o Tratado de Cooperação da Amazônia (OTCA), tratado feito em 3 de julho de 1978, para levar a cabo a proteção da floresta (Filippi, 2021, p. 192). A última conferência teve lugar em Belém, de 5 a 8 de agosto deste ano, com a presidência do Brasil e com o discurso do atual Presidente da República brasileira observando a falta de efetividade das políticas conjuntas dos países membros e suscitando ações mais comprometidas de todos os governantes para reduzir as emissões de carbono do desmatamento da floresta (Brasil, 2023).

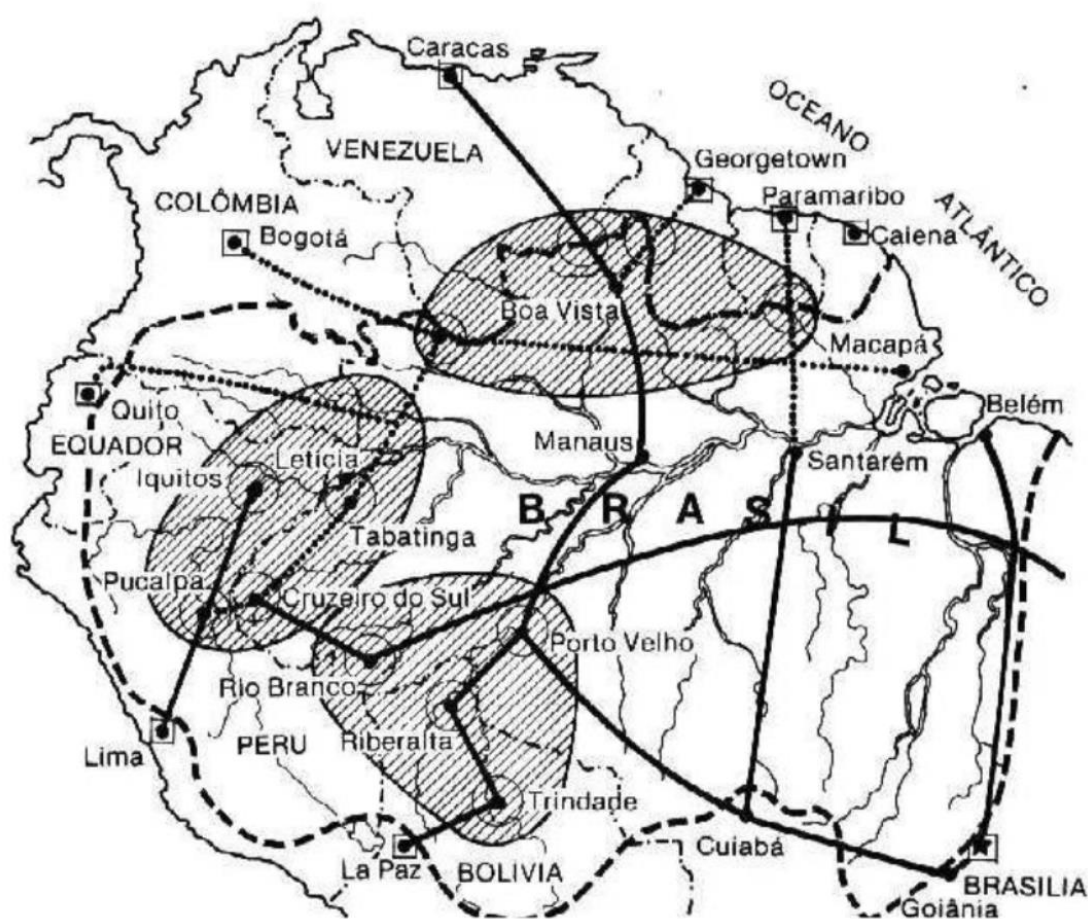
Os efeitos adversos do clima têm sido perversos para a mata equatorial amazônica. As constantes queimadas e a falta de chuvas estão prejudicando o desenvolvimento da floresta ano após ano, colocando a capacidade local e nacional à prova quanto ao manejo correto do verde amazônico. Surgindo assim, discursos que atingem a soberania brasileira, como citado por Filippi no estudo sobre as dificuldades de coesão dos países membros da OTCA em implementar as decisões tomadas pelos colegiados (Filippi, 2021, p. 210).

“... pressões internacionais já existentes nos anos 1970 pela internacionalização da Amazônia Continental ou Pan-Amazônica, sobretudo após o primeiro dos conclave onusianos sobre o meio ambiente – a Conferência de Estocolmo, de 1972 –, circunstâncias estas que foram particularmente determinantes para que a diplomacia brasileira, em especial, tomasse a iniciativa de buscar junto aos demais Estados amazônicos a construção de um mecanismo de integração

regional que viesse a contribuir para neutralizar tais pretensões de internacionalização da região.” (Fioravanti, 2021, p. 210)

Nesse contexto, as fronteiras amazônicas ficaram dependentes das políticas desenvolvimentistas, criando-se pólos de ocupação baseado nos estudos do pensador geopolítico brasileiro Meira Mattos (Padula, 2022, p. 58). Essas áreas de intercâmbio e desenvolvimento ficam na Amazônia Ocidental, Boa Vista – RR, Tabatinga – AM e Porto Velho – RO, como podemos observar no mapa abaixo.

Figura 6 – Pólos propostos por Meira Mattos



Fonte: Mattos, 1980, p.154, 168 citado por Padula, 2022, p. 59.

4. O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O conceito de Desenvolvimento Sustentável vem de longa data evoluindo e, com o maior protagonismo que a agenda ambiental está ocupando no cenário internacional, está presente nas políticas públicas e privadas nos dias de hoje. Os primórdios da temática de sustentabilidade surgiram com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, ganhou mais poder com os acidentes ambientais das últimas décadas, devido a mudança climática, e se faz presente na Agenda 30 da ONU.

Hodiernamente, o tema é tratado pela tríade meio ambiente, sociedade e governança, popularizada pela sigla dos termos em inglês ESG (*environmental, social and Governance*). Remetendo assim à sustentabilidade como um assunto multifatorial em que o olhar está mais além do simples foco para o meio ambiente.

Os especialistas e estudiosos no método ESG tratam a governança como um sistema de ordenação natural em que não apenas o governo estaria envolvido, mas também há a necessidade do envolvimento de estatutos e regulamentos formalmente constituídos. Ao passo que novas esferas de poder e autoridades do sistema internacional passam a interagir entre si sobre a preservação ambiental, como instituições sociais capazes de solucionar conflitos e cooperando com o objetivo comum de desenvolver preservando a natureza.

“... governança é aqui entendida enquanto “a totalidade das diversas maneiras pelas quais os indivíduos e as instituições, públicas e privadas, administram os seus problemas comuns” (Comissão sobre Governança Global, 1996, p. 2) em outras palavras, se refere à coordenação da ação coletiva, aos meios e aos processos políticos de tomada de decisão, em prol da garantia de resultados coletivamente esperados.” (Castro, 2017, p. 349)

Entre as muitas instituições que auxiliam o Governo Brasileiro na conservação da Amazônia Legal e contribuem para a governança sobre o tema encontramos o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), *The Nature Conservancy* (TNC), a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), a Agência Alemã de Cooperação Internacional (GTZ/GIZ), o Fórum Amazonense de Mudanças Climáticas e a Fundação Amazonas Sustentável, entre outros (Castro, 2017, p. 355). Entidades que mobilizam a sociedade, a imprensa e os governos nacionais e internacionais à promoverem políticas que mitigam a

emissão de carbono, como o Sistema de Incentivos de Serviços Ambientais (SISA), no Acre, os ativos ambientais REDD e REDD+ (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal) em toda a Amazônia, Programa de Reduções Certificadas de Emissões (RCE) e o Bolsa Floresta; transferindo recursos de países desenvolvidos em troca do esforço local de preservação, ação regida pela lógica de responsabilidades diferenciadas na conservação do clima (Castro, 2017, p. 356).

No corrente ano, presenciamos uma grave mudança climática em solo amazônico, com temperaturas muito elevadas e uma falta de chuvas que baixaram os níveis dos rios da região como há muito não vistos. Robustecendo assim a questão da sustentabilidade, da preservação ambiental, do combate às queimadas e da necessidade de ação urgente de todas as esferas do governo. Cada vez mais a ação predatória de desmatamento e poluição vem sendo condenadas pela sociedade e pela punição administrativa e penal.

5. O COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA

O CMA representante do Exército Brasileiro na Amazônia Ocidental, conjuntamente com o 9º Distrito Naval, da Marinha do Brasil, e o 7º Comando Aéreo – 7º COMAR, da Força Aérea Brasileira, são a expressão militar das Forças Armadas nessa parte leste da Amazônia Legal Brasileira. Esses Grandes Comandos são complementados pelas polícias locais e federais, quanto ao braço armado do Estado no combate aos ilícitos nacionais e transnacionais.

O CMA executa várias operações ao longo do ano através das suas quatro brigadas de infantaria, além do apoio logístico pela 12ª Região Militar, também situada em Manaus, aos 24 Pelotões Especiais de Fronteira (PEF), distribuídos ao longo da borda oeste da Amazônia com os países vizinhos. O efetivo de militares que compõe esse comando militar é de 18.800 pessoas (Comando Militar da Amazônia, 2023).

Nesse cenário, a fim de coibir o alto índice de criminalidade urbana e rural dos municípios amazônicos, também são executadas ações conjuntas, interagências e combinadas. Entre as quais podemos destacar as operações denominadas CURARE que teve seu início no ano de 2007 e se repetiu a cada ano até 2019, 11ª edição, com o emprego de diversas OM na faixa de fronteira Amazônica. A palavra “curare” faz alusão aos compostos químicos orgânicos que possuem intensa e letal ação paralisante. O foco da operação foi o combate ao narcotráfico, apreensão de armas e a repressão a crimes ambientais, como o garimpo ilegal.

A operação ÁGATA e, as mais recentes, Verde Brasil I e II focaram no combate ao desmatamento ilegal e na apreensão de entorpecentes. Notadamente, incentivos do Governo Federal em ação conjunta com os Governos Estaduais para diminuir a estatística negativa de homicídios, tráfico de drogas e depredação ambiental da floresta.

As operações AJURICABA I, iniciada no ano de 2018, e AJURICABA II, no ano seguinte, foram pontuais para o arco Sudeste da Amazônia Legal, abrangendo Acre, Rondônia e porção sul do Amazonas. O foco da operação foi o comércio ilegal, o combate aos cartéis de drogas e aos crimes endêmicos dessa área de atuação.

Nessas atuações do Exército são realizadas ações sociais, fortalecendo a presença militar na faixa de fronteira. Os atendimentos médicos, odontológicos e trabalhos de identificação da população em parceria com a Polícia Civil, melhoram a

cidadania dos habitantes locais e contribuem com uma melhor visão social para o Estado.

Vale ressaltar que o Exército Brasileiro contribui diretamente para o desenvolvimento da Amazônia Ocidental por meio dos Batalhões de Engenharia de Construção, construindo pontes, estradas e melhorando a infraestrutura dos municípios há longa data. Essas ações subsidiárias, juntamente com as Ações Cívico Sociais (ACISO) e a formação de militares, reforçam o sentimento de nacionalismo dos silvícolas e moradores da Região Norte do país.

6. PRINCIPAIS AMEAÇAS À SOBERANIA BRASILEIRA NA REGIÃO

O conceito de soberania, na geopolítica e no direito internacional, prevê que o ser soberano tem autonomia para tomar as decisões no seu território, princípio fundamental da existência do Estado moderno, alicerçado na Constituição Federal brasileira. Entretanto, com o advento da Globalização, essa independência e autodeterminação estatal tem se relativizado, uma vez que as ações de um país influenciam em outras Nações (Oliveira, 2006, p. 81)

Os atores internacionais não são mais apenas os tradicionais, que têm povo e território constituído, há as entidades supra-estatais e as organizações multinacionais. A exemplo, a Organização das Nações Unidas, o MERCOSUL e a própria OTCA, que são organismos que o Brasil participa voluntariamente e relativizam as ações tomadas internamente pelos representantes do país, notadamente nas questões de direitos humanos, meio ambiente e mercado financeiro.

Os não estatais, como organizações criminosas que atuam em mais de um território, ONGs e multinacionais, da mesma maneira que os estatais, afetam as medidas que o Brasil adota em solo nacional. Por vezes a polícia brasileira precisou da contribuição de outros países para dirimir ações do narcotráfico Colombiano e vice-versa. Observa-se também a presença de estrangeiros na Amazônia que atuam em ONGs de proteção ao meio ambiente e reportam para a imprensa internacional atos que ocorrem na floresta, aumentando a pressão internacional sobre a Floresta Amazônica e modificando a opinião da população local.

Partindo desses conceitos, observa-se que as principais ameaças à soberania brasileira sobre a Amazônia Ocidental é o crime organizado, a cobiça internacional para com as riquezas da floresta, os crimes ambientais e os atentados aos direitos humanos contra os povos indígenas. Esses são as temáticas mais sensíveis e recorrentes que lá são encontradas.

O narcotráfico vem se articulando e tem conseguido atravessar territórios para utilizar recursos locais, aliciar brasileiros e transportar drogas pelas hidrovias do Amazonas, aumentando a insegurança, seja por disputa de territórios com outras facções, enfrentamento com a polícia local ou cometendo outros crimes. Paralelamente às organizações como Comando Vermelho (CV) e o Primeiro Comando da Capital (PCC), há os movimentos guerrilheiros na Colômbia e na

Venezuela que associam-se aos primeiros para obter suporte financeiro para suas tropas, aumentando a complexidade do problema.

Quanto ao tema dos crimes ambientais, já há comprovação que essas facções também fomentam a derrubada predatória de árvores e o comércio ilegal das mesmas, a segunda maior responsável pela emissão de CO₂, ficando atrás apenas das queimadas. As madeiras ilegais que são apreendidas têm o maquinário comprado pelo narcotráfico e o comércio das árvores derrubadas são viabilizados por elas, seja no aliciamento de servidores com a obtenção de documentos falsos, seja no transporte e venda para outros países.

Os povos indígenas, que transitam de um país para outro, são aliciados para o transporte de drogas e cooptados para a obtenção de recursos locais. Nesse ponto é mais endêmico a biopirataria e a extração de minérios de reservas ambientais. Recentemente houve a tentativa japonesa de patentear o açaí e o confronto de garimpeiros com povos yanomamis no Vale do Javari, causando uma crise internacional.

No contexto da globalização, o sistema financeiro internacional interconectado, as multinacionais e as *big techs*, gigantes da tecnologia mundial, relativizam a soberania dos países com a economia aberta. Entretanto, essa relativização vem como cobranças para que preceitos mundiais amplamente defendidos sejam respeitados, como o cuidado com a natureza e à vida. Ponto forte para o Brasil que está pleitando entrar para a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), entidade que reúne os países mais desenvolvidos e que alavancaria em muito o investimento externo no Brasil.

Isto posto, observa-se que os acordos de cooperação são alternativas estratégicas para o país se fortalecer no sistema internacional. Sendo que o Brasil mantém uma política de alinhamento multilateral, com vários parceiros estratégicos. Essa postura para a geopolítica brasileira é boa, uma vez que podemos nos aproximar de China e EUA, da União Europeia (UE) e Japão, por exemplo. Aumentando a necessidade de relativizar a soberania, mas ganhando recursos e respeito para a proteção da Amazônia, melhorando a segurança no entorno e combatendo as ameaças diretas à soberania brasileira na região.

7. CONCLUSÃO

Do conteúdo abordado, verifica-se que a melhoria das condições econômicas e sociais da população da Amazônia Ocidental impacta de forma positiva as ações governamentais sobre a soberania brasileira na região. O CMA e os outros órgãos públicos, seja de segurança, educação ou saúde, passam a ter mais sucesso com os habitantes que, doutrora, estavam mais sujeitos às temáticas antinacionalistas e que apregoam a intervenção internacional nessa porção do país.

Os agentes criminosos, com o desenvolvimento socioeconômico, não contarão com a fragilidade de uma sociedade em condições precárias e sem bases de saúde e alimentação, ficando assim menos vulneráveis aos assédios para cometimento de ilícitos. A exemplo de transporte de entorpecentes e armas, venda de drogas e outras ações violentas, havendo uma tendência grande da diminuição dos índices de criminalidade dos municípios nortenhos.

Conclui-se, pelo estudo dos trabalhos que analisaram os aspectos sociais e econômicos da amazônica que há um alto nível de pobreza e quanto o narcotráfico aproveita-se disso para se fixar e disputar territórios na área. Da mesma forma que as ONGs, valendo-se da ausência do Estado, implantam narrativas que diminuem o sentimento de pátria entre os apoiados e relativizam a soberania brasileira entre os silvícolas e a população indígena.

Apontam de igual maneira para a influência da questão climática, uma vez que o tema tem crescido de importância para a comunidade mundial, a qual volta olhares sobre a floresta quando há queimadas e desmatamento, aumentando a narrativa de criação de uma zona de proteção internacional. Situação amplamente abordada em fóruns de proteção ao clima.

Essa ameaça vem sendo combatida pela ação política das relações exteriores brasileiras, fazendo alianças com o entorno estratégico amazônico, como a recente cúpula da OTCA realizada em Belém – PA, nesse ano, onde além dos países integrantes da organização foram convidados outros países que possuem o bioma de floresta equatorial em seus territórios.

O multilateralismo brasileiro facilita a aproximação com inúmeros parceiros, flexibilizando as entidades que podem realizar doações financeiras para a Amazônia e blindando de forma eficiente a floresta dos discursos intervencionistas de autoridades e organizações internacionais.

Dessa forma, a solução aumenta de complexidade, sendo multidisciplinar e contínua. Alguns estudos já apontam para a melhoria na educação e na saúde, o aumento ao acesso a tecnologias e meios de produção modernos, o combate efetivo aos crimes ambientais e do narcotráfico, bem como um estudo qualitativo dos investimentos. Atuar permanentemente em todas as frentes, contribuirá para uma melhor soberania do Brasil sobre a Amazônia Ocidental, corroborando com as ações do CMA, maior representante do Exército Brasileiro no oeste amazônico do país.

O Brasil sabe da dificuldade do que foi desbravar a floresta, conquistá-la como Pedro Teixeira e outros pioneiros, conectá-la com a Missão Telégrafo de Rondon, além dos trabalhadores que perderam as suas vidas na árdua missão de construir sob condições adversas. Esse esforço deve ser respeitado e honrado com o trabalho incessante para defender, desenvolver e preservar a nossa Amazônia, provendo um melhor bem-estar para a população que lá habita e fortalecendo a soberania brasileira.

REFERÊNCIAS

_____. AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – ANATEL. 2023. **Painel de Dados, Panorama da Rede Móvel**. Disponível em: <https://www.gov.br/anatel/pt-br/assuntos/noticias/anatel-disponibiliza-mapeamento-da-presenca-dos-sinais-da-telefonica-e-banda-larga-movel> Consultado em: 15 ago 23.

_____. Banco Decreto nº 356, de 15 de agosto de 1968. **Estende benefícios do Decreto-lei número 288, de 28 de fevereiro de 1967, a áreas da Amazônia Ocidental**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-356-15-agosto-1968-376155> . Acesso em: 5 fev 2023.

_____. BRASIL. **Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-a-cupula-dos-paises-amazonicos-em-belem-pa> Acesso em: 25 ago 23.

CASTRO, Edna Maria Ramos de (org). **Formação Socioeconômica da Amazônia**. Belém: NAEA, 2015. E-book. Disponível em: <http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/584> . Acesso em: 25 jun 23.

CASTRO, Edna Maria Ramos de (org.). **Territórios em transformação na Amazônia: saberes, rupturas e resistências**. Belém: NAEA, 2017. E-book. Disponível em: <http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/584> . Acesso em: 25 jun 23.

_____. COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA – CMA. **Histórico**. Disponível em: https://cma.eb.mil.br/index.php?option=com_content&view=article&id=94&Itemid=36 2023. Acesso em: 11 mai 23.

_____. COMPANHIA DE GÁS DO AMAZONAS – CIGAS. **Reservas de Óleo e Gás Natural na Amazônia Ocidental**. VII Feira Internacional da Amazônia. 2013. Disponível em: http://www.suframa.gov.br/fiam/arquivos/seminarios-2013-palestras/palestras-s2/Cigas_Seminario_Reservas-Minerais-e-de-Oleo-e-GN-rev02.pdf Consultado em: 27 abr 23.

_____. Decreto nº 356, de 15 de agosto de 1968. **Estende benefícios do Decreto-lei número 288, de 28 de fevereiro de 1967, a áreas da Amazônia Ocidental**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-356-15-agosto-1968-376155> . Acesso em: 5 fev 2023.

_____. Estado-Maior do Exército. **Plano Estratégico do Exército 2020 – 2023**. Brasília – DF, 2019.

FILIPPI, Eduardo Ernesto et MACEDO, Marcus Vinicius. **A Conversão do TCA em OTCA e as Dificuldades Remanescentes**. Revista Tempo Mundo (RTM). n. 27. dez, 2021. p. 191 a 214. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/download/326/311/1261>

Consultado em: 18 ago 23.

FIORAVANTI, Carlos. **Bertha Koiffmann Becker: Amazônia sem extremismo.** FAPESP. Ed 102. 2004. Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br/amazonia-sem-extremismo/>> Acesso em: 23 jul 23.

_____. GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS. **Amazonas e Mapas**, 4 Ed. Manaus – AM. 2020. Disponível em: https://www.seducti.am.gov.br/wp-content/uploads/2022/02/Amazonas-em-Mapas_4a-edicao_ano-2020.pdf Consultado em: 28 abr 2023.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Dados Gerais Estados e Municípios.** 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html> Consultado em: 10 mai 23.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **IBGE Atualiza Municípios de Fronteira e Defrontantes com o Mar Devido a Mudanças de Limites.** 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/31090-ibge-atualiza-municipios-de-fronteira-e-defrontantes-com-o-mar-devido-a-mudancas-de-limites#:~:text=Fronteira%20terrestre%20se%20estende%20por,toda%20a%20extens%C3%A3o%20fronteiri%C3%A7a%20nacional.> Consultado em: 10 mai 23.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. 2022. **Mapa da Amazônia Legal.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15819-amazonia-legal.html?=&t=acesso-ao-produto> Consultado em: 10 mai 23.

_____. INSTITUTO IGARAPÉ. **Governar para não Entregar: Uma Agenda de Segurança Multidimensional para a Amazônia Brasileira.** Disponível em: <https://igarape.org.br/governar-para-nao-entregar-uma-agenda-de-seguranca-multidimensional-para-a-amazonia-brasileira/> Consultado em: 10 ago 23.

_____. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Amazônia Legal.** Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2154:catid=28#:~:text=A%20Amaz%C3%B4nia%20Legal%20%C3%A9%20uma,5%2C0%20milh%C3%B5es%20de%20km%C2%B2. Consultado em: 10 mai 23.

OLIVEIRA, Liziane Paizão Silva. **O Conceito de Soberania Perante a Globalização.** Revista CEJ. Brasília – DF. n. 32. jan./mar. 2006. p.80-88. Disponível em: <https://revistacej.cjf.jus.br/cej/index.php/revcej/article/view/702/882> Consultado em: 5 set 2023.

PADULA, R., & Brozoski, F. (2022). **A AMAZÔNIA NO PENSAMENTO GEOPOLÍTICO BRASILEIRO.** *Revista Tempo Do Mundo*, (27), 45-70. Disponível em: <https://doi.org/10.38116/rtm27art2> . Consultado em: 18 ago 23.

RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. **A questão geopolítica da Amazônia : da soberania difusa à soberania restrita**. Brasília : Senado Federal, 2005. 540 p. Edições do Senado Federal, v. 64. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/1112> Consultado em: 20 ago 23.

_____. SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS – SUFRAMA. **Amazônia Ocidental**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/suframa/pt-br/assuntos/amazonia-ocidental> Consultado em: 25 abr 23.